



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 060

FRONTEIRA E CAMPESINATO NO TRÓPICO ÚMIDO

Indio Campos

Belém, Junho de 1996

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Marcos Ximenes Ponte

Vice-reitor

Zélia Amador de Deus

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Francisco de Assis Costa

Diretor Adjunto

Tereza Ximenes Ponte

Conselho editorial do NAEA

Edna Ramos de Castro

Francisco de Assis Costa

Indio Campos

Marília Emmi

Setor de Editoração

E-mail: editora_anae@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_anae@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 060

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

FRONTEIRA E CAMPESINATO NO TRÓPICO ÚMIDO*

Indio Campos

Resumo:

Graças à pressão política organizada, assiste-se atualmente a uma reversão parcial dos fluxos de financiamento para agricultura na Amazônia. gesta-se um ambiente propício à expansão da pequena produção familiar. Em muitos casos, esta reorienta seus esforços para a implantação de culturas perenes. A discussão em torno da sustentabilidade de tal iniciativa no remete à análise de outras experiências de cultivo de culturas perenes no trópico úmido. Na Malásia, após a derrocada da "plantation" colonial, o Estado promove a colonização planejada da fronteira, fortalecendo a pequena produção familiar de culturas perenes de exportação. Obtém-se uma forte ressonância na economia como um todo, à taxas relativamente baixas de destruição da floresta tropical úmida. Na Costa do Marfim, por sua vez, a expansão do cultivo do cacau, com base na pequena produção familiar, dá-se em detrimento da floresta tropical úmida. O maior rendimento do trabalho no cultivo em áreas incultas inviabiliza a renovação das plantações nas áreas antigas. A destruição das reservas de floresta nativa contribuiu para o colapso da economia marfinense, que passa a apresentar taxas negativas de crescimento a partir dos anos 80. Conclui-se que as políticas para a Amazônia devem se pautar pela promoção de formas econômica e ecologicamente sustentáveis de agricultura. Para tal, se fazem necessárias pesquisas multidisciplinares e ações planejadas de implementação de políticas apropriadas.

Palavra-chave: Fronteira. Campesinato. Trópico úmido.

Abstract:

Thanks to organized political pressure, we are now witnessing a partial reversal in the financial flows to agriculture in the Amazon, creating an environment that is propitious for the expansion of family agriculture. In many cases this environment is reorienting efforts towards the cultivation of perennials. The discussions regarding the sustainability of this initiative lead us to analyse other experiences with the cultivation of perennials in the humid tropics. In Malaysia, after the defeat of the colonial plantation, the State promoted the planned colonization fo the frontier and strengthened smallholders family cultivation of perennials for export. There was a strong response in the economy as a role and relatively low rates of deforestation. On the Ivory Coast, on the other hand, the expansion of cacao cultivation, based on smallholders family production, came at the expense of humid tropical forest. The greater productivity of labor in unexploited areas made replanting in older areas uneconomical. The destruction of native forest reserves contributed to the collapse of the Ivory Coast economy, which began to have negative growth rates in the 1980's. It is concluded tha Amazonia should promote forms of agriculture that are economically and ecologically sustainable. For this, multidisciplinary research is necessary as well as carefully planning of actions to implement appropriate policies.

Keywords: Frontier. Peasantry. Humid tropics.

* Este paper constitui parte de um programa de pesquisa sobre as formas de ocupação do trópico úmido em escala mundial, atualmente em fase de implantação no NAEA/UFPA:

1. FRONTEIRA, MERCADO DE TRABALHO E CAMPESINATO

Entre as diversas peculiaridades da evolução da formação econômica brasileira, destaca-se a existência histórica de um vasto "hinterland" inexplorado, ocupado sucessivamente pelas mais diversas estruturas produtivas. A tônica de tais ocupações foi dada, grosso modo, pelos esforços do setor agroexportador em viabilizar sua inserção no mercado internacional de produtos tropicais, frente às dificuldades em arregimentar mão-de-obra farta e barata.

Os imperativos da pouca expressão ou inexistência de um mercado de trabalho, face a enormes disponibilidades de terras incultas, nos legaram um modelo de ocupação de terras extremamente concentrador, que excluía a formação histórica de um campesinato "independente". A outra face da mesma moeda é dada por um sem número de relações de trabalho no campo que atendiam não só aos propósitos de acumulação do setor agroexportador, mas também às necessidades deste em imobilizar a força de trabalho. Da escravidão ao colonato, da prática da meia às relações de aviação na borracha, são inúmeros os exemplos conhecidos na literatura brasileira sobre o assunto.

Apesar do contexto desfavorável, deu-se também a formação de um campesinato, quer na esteira da grande exploração como fonte de mão-de-obra barata e/ou ocupando as brechas por esta deixadas em seus momentos de crise, como no caso do Nordeste e da expansão cafeeira paulista, quer em regiões onde esta não encontrava a condições para sua expansão, como no sul do Brasil, colonizado por imigrantes europeus, ou em regiões mais longínquas, como na Amazônia, ocupadas de forma rarefeita basicamente por populações caboclas.

Traço comum à quase totalidade das estruturas que se estabeleceram no hinterland brasileiro é a propensão a expandir. Para a grande exploração a fronteira aparece como um espaço de ampliação de suas necessidades de acumulação ou formação de ativos na forma de terra. Para a pequena exploração, a fronteira se coloca como a possibilidade de sua reprodução social, frente à dupla pressão representada pela maior densidade demográfica e pelos conflitos com a grande exploração nas áreas de colonização antiga.

Neste sentido, a ocupação mais recente da região amazônica reproduz o choque entre estruturas por definição expansivas - a migração de pequenos produtores oriundos do Sul e do Nordeste e os avanços da ocupação de terras por capitais mormente sulistas - em um meio ocupado por populações caboclas e indígenas. Tal choque se traduz em violentos conflitos de terra na Amazônia, mormente no sul do Pará, fartamente documentados pela imprensa.

A ocupação da fronteira amazônica apresenta ainda dois nuances bastante específicos que a tornam singular. Primeiramente, trata-se de um região de trópico úmido, coberta em sua maioria por uma densa floresta tropical sobre solos pobres, viabilizada por uma forte reciclagem natural. Isto a torna, por um lado, extremamente sensível à atividade antrópica. Por outro lado, esta mesma

singularidade constitui uma forte barreira à sua exploração econômica. Por conseguinte, a ocupação da região amazônica dá-se historicamente às margens dos rios e na franja marginal, semicircular e menos hostil, que se estende do Maranhão à Rondônia.

Em segundo lugar, a ocupação da Amazônia, fruto do choque expansionista acima descrito, foi fortemente condicionada pela ação do Estado no período de exceção, cujo projeto privilegiava largamente a grande exploração mineradora e de pecuária por meio de um sem número de incentivos e programas especiais, determinando sérios danos de cunho ecológico e social à região.

Relegada a um segundo plano, à pequena produção restou o abandono imposto aos projetos de colonização oficial e os conflitos de terra entre a colonização espontânea e caboclos, de um lado, e os grandes projetos, de outro.

Dado o evidente fracasso das políticas oficiais, a região torna-se escrava das benesses da união, cada vez mais escassas, da exploração impiedosa de seus recursos naturais e de uma inserção no mercado nacional e internacional como fornecedora de matéria prima bruta, com poucos efeitos sobre a economia local.

Mais recentemente, a partir da constituição de 1988, a região amazônica passou a contar com os recursos do Fundo constitucional do Norte - FNO. Como de resto, tais recursos passaram a financiar grandes e médios empreendimentos, num claro continuismo das políticas dos tempos de exceção.

No entanto, assiste-se desde fins dos anos oitenta a um recrudescimento do movimento dos pequenos produtores da Amazônia, culminando com os gritos da Amazônia e os gritos pela terra. Soma-se a isto as denúncias e pressões exercidas por deputados estaduais e federais eleitos por estes movimentos. A partir de 1992 dá-se uma reversão parcial na aplicação do fundo. É criado FNO-especial, parcela do FNO que passa a financiar diretamente projetos de pequenos produtores associados da região. Destacam-se aqui os projetos na área da pecuária e na formação de cultivos perenes, mormente de frutíferas.

Uma vez obtido os fundos especiais, coloca-se uma questão mais ampla, cuja solução se revela bastante difícil de equacionar, a saber: que tipo de agricultura, base técnica e formas de inserção no mercado desenvolver, visando a solidificação de uma via de desenvolvimento baseado na sustentabilidade da pequena exploração familiar e como coaduná-las aos imperativos ecológicos da região.

Na tentativa de jogar novas luzes sobre esta problemática, voltamos nossos esforços para o estudo da ocupação em outras regiões de fronteira no trópico úmido. É notório o entrelaçamento dessas experiências na África Ocidental e no Sudeste Asiático, concorrentes diretos entre si e com o Brasil no mercado mundial de commodities, tais como borracha, cacau, café, óleo de dendê, coco etc. Não se trata aqui de mera comparação ou busca de um paradigma padrão de desenvolvimento para o

trópico úmido. Muito antes, busca-se uma troca de experiências com autores as voltas com problemas semelhante em seus países.

Optou-se aqui primeiramente pela análise das experiências da Malásia em sua fase colonial, cuja sistema de "plantation" determinou a derrocada da exploração da borracha na Amazônia, e no pós-guerra, com a colonização planejada das áreas de fronteiras com unidades familiares se dedicando a cultivos perenes de exportação. Posteriormente introduzimos o exemplo da Costa do Marfim, onde o desmatamento desenfreado para o cultivo parcelar de cacau e café levou à quase total destruição da floresta nativa, com sérias conseqüências socio-econômicas e ecológicas para aquele país africano.

2. SERINGAL VERSUS PLANTATION

Durante largo período, a atividade extrativista constituiu a base da economia amazônica. A extração da borracha desponta, já em meados do século passado, sobrepujando a economia das "Drogas do Sertão".

Impulsionado pela descoberta dos processos de vulcanização, em 1839, e pela invenção do pneumático, em 1880, o extrativismo da borracha se expande rapidamente (Tocantins, 1984, p. 39). De um total de 755 toneladas em 1848, a produção de borracha na Amazônia atinge 15.773 toneladas em 1890 (Costa, 1989, p. 373). Inicialmente, a borracha era obtida diretamente junto a população cabocla, em troca de outras mercadorias fornecidas pelo intermediário, o regatão. Apesar dos aumentos de preço da borracha em meados do século passado, a estrutura de produção da borracha, baseada na economia tradicional dos caboclos, se revelou incapaz de promover aumentos de produção compatíveis com a crescente demanda internacional.

O seringal surge então como uma nova estrutura produtiva, resposta do capital ante a rigidez da oferta advinda da economia tradicional cabocla (Costa, 1989, p. 60). Localizado à margem de um rio principal, o seringal era constituído por um barracão central, ponto de residência do patrão, o seringalista. Além de depósito, o barracão servia como ponto de venda de bens de consumo. Nas áreas centrais e ribeirinhas do seringal localizavam-se as "colocações". Estas compreendiam a casa do seringueiro e o defumador, completados pelas estradas de seringa, ou seja, picadas no interior da floresta, onde se encontravam as seringueiras, as "madeiras" de onde se extraía o látex (Sobrinho, 1992, p. 26 e s.). Impedido contratualmente de caçar, pescar ou cultivar uma roça, o seringueiro era obrigado a comprar a totalidade dos bens de consumo no barracão, onde igualmente era obrigado a vender sua produção a preços igualmente determinados pelo seringalista. Esta relação de endividamento crescente do seringueiro, que já chegava a sua colocação tendo em seu passivo os

custos de viagem, o mantinha subordinado ao seringalista, numa relação de semi-escravidão e isolamento em meio da mata densa.

A mão-de-obra empregada nos seringais provinha quase que exclusivamente do Nordeste. Os representantes de comerciantes e seringalistas, arremataram centenas de milhares de nordestinos nas últimas décadas do século passado para trabalharem nos seringais. Muito se valiam de propaganda enganosa e promessa de riqueza futura e uma população maltratada pelas secas do nordeste.

Nos grandes centros de Belém e Manaus atuavam as casas aviadoras, exportadoras de borracha que, por sua vez, forneciam aos seringalistas os meios de produção e consumo e compravam-lhes a produção de borracha. O elo final desta corrente era representado pelos importadores de borracha no exterior. Estes financiavam as grandes empresas exportadoras, geralmente de capital norte-americano ou inglês, responsáveis pela exportação da borracha e pelo financiamento geral do sistema (Rego, 1992, p. 304 e s.). A United States Rubber, por exemplo, foi responsável por cerca da metade das exportações de borracha da Amazônia em 1907.

Se por um lado, o seringal estava calcado em um complexo sistema internacional de financiamento, o processo de trabalho, na outra ponta, repousava sobre relações, onde a coerção ao trabalho se dava por relações de semi-escravidão e isolamento dos seringueiros, e onde o processo de trabalho extrativismo do látex, para posterior defumação e comercialização. A imobilização coercitiva extra-econômica da força de trabalho, através do endividamento, representava diretamente a forma histórica de superação da inexistência de um mercado de trabalho na região amazônica.

Houve um rápido crescimento das quantidades exportadas em resposta aos preços em constante evolução, dada o aumento geral da produção internacional, onde as exportações da região pulam de 37.166 toneladas no período de 1861/70, para 213.755 toneladas no período de 1891/1900, sendo que os preços se elevaram de 116 libras/t. no primeiro período, para 209 libras/t. no segundo.

Já no período de 1901 a 1910, constata-se um aumento de apenas 28,5% na quantidade exportada, enquanto os preços mais que triplicaram. Claro está que o sistema de aviamentos esbarrava em limites internos quanto a sua capacidade de satisfazer a crescente demanda internacional por borracha, prenunciado seus extertores ante uma possível quebra do monopólio internacional. Quebra esta acelerada por níveis de preços tão atrativos.

A entrada em produção dos seringais cultivados do sudeste asiático, notadamente na Malásia, provoca uma queda acentuada nos níveis de preço, que se reduzem a 32 libras/t. em 1931. Em 1932, as exportações de borracha da Amazônia são de poucas 6.224 toneladas.

3. A "PLANTATION" NA MALÁSIA

A atual Federação da Malásia atraiu sucessivamente portugueses, holandeses e ingleses dos séculos XVI ao século XIX em busca do comércio de especiarias, até se tornar um colônia britânica em 1867. Ao lado dos entrepostos comerciais, os capitais ingleses passaram a ser investidos na mineração do estanho, que logo passa a condição de principal atividade econômica da recente colônia. No mais, predominavam vastas extensões de floresta tropical em cotas mais elevadas. As regiões de planícies, mais ao Sul da península Malaia eram povoadas pela etnia malaia, dedicando-se ao cultivo de arroz em unidades parcelares, sob a égide dos sultanatos locais.

Já em fins do século passado século, a queda de rendimento das minas e dos preços colocava em cheque os investimentos europeus, num quadro de extrema dependência das minas estanho. Visando superar esta dependência e recuperar as perdas de investidores europeus, a administração colonial passa a promover políticas em prol do aproveitamento agrícola de um vasto hinterland inculto com culturas tropicais de exportação.

Anteriormente, desde meados do século XIX, haviam sido feitas tentativa, inicialmente com o cultivo de açúcar. A experiência se revelou infrutífera. pois enfrentaria a concorrência das plantations de açúcar em Cuba e Java, e da própria produção de açúcar de beterraba na Europa.

O plantation de café se expande a partir de 1890, incentivada por uma política de oferta de terra barata, porem logo sofre o revés da concorrência brasileira. Ademais, a região não se prestava ao cultivo do *coffea arabica*. A adoção de variedades liberianas, mais rústicas esbarrava na baixa qualidade e preço destas variedades de café, acabando por determinar a falência desta plantation.

Em ambas os casos, um fator decisivo na falência da plantation residia na carência de mão-de-obra. Procurava-se contorná-la via importação de trabalhadores chineses e indianos em regime de "indenture". Sob este regime, os trabalhadores imigrados eram contratados por períodos de um ou dois anos, sendo obrigados a ressarcir os custos de seu transporte.

Apenas com a introdução do cultivo da borracha pode a plantation na Malásia visualizar um futuro mais promissor. Experiências botânicas em Singapura comprovaram que a borracha poderia ser cultivada em escala comercial. Na fase pioneira, a borracha era cultivada intercala com culturas como o café e o coco. A área cultivada passa de 350 acres em 1877, para 43.000 acres em 1910, chegando a 3.500.000 acres em 1940. Em 1914 as exportações de borracha da Malásia já ultrapassava em 6.000 toneladas as exportações totais da América Latina. Metade do consumo mundial de borracha em 1918 já provinha de cultivos da Malásia.

O sucesso da plantation de borracha da Malásia esta intimamente ligado à política pré-plantation da administração britânica. No início do século os britânicos estendem seu controle político a toda a península malaia, combatendo rebeliões camponeses e aplacando o poder dos sultanatos

locais, criando um ambiente econômico e político propício às Plantations. Como veremos, posteriormente, este fato terá profundas conseqüências no desenvolvimento da Malásia após sua independência.

A administração britânica promove uma política de fixação dos camponeses, consolidando-os nos antigos perímetros e se opondo a forte propensão do campesinato malaio à mobilidade espacial, numa região onde inexistia a propriedade jurídica permanente da terra. O que era inadmissível aos ingleses que visavam uma agricultura mercantil e exportadora (Koninck, 1995, p.356).

A administração colonial promove uma verdadeira divisão étnica e espacial do trabalho: os trabalhadores "importados", os coolies chineses e indianos são empregados nas plantations, e os malaios, tutelados pela administração britânica, nos arrozais. A legislação para os malaios passa de protetora, visando promover o campesinato parcelar, torna-se restritiva a partir de 1917. (Koninck, 1986, p. 357) Aos malaios é imposto o cultivo de arroz em áreas antigas para abastecer a península, desencorajando iniciativas pioneiras, no sentido de estabelecer cultivos ilegais de seringueiras nas zonas florestais do interior. Apesar da contínua colonização ilegal de áreas de fronteiras¹, esta em muito foi refreada pela administração colonial.

A ação do governo colonial se pautou ainda por facilitar o fluxo de capitais, doando concessões especiais de terra a plantation e estabelecendo um fundo de empréstimos, além de dotar a península de boas linhas de comunicação.

A rápida ascensão do cultivo da borracha é concomitante com a rápida transferência do controle das plantations dos antigos proprietários para grandes corporações já no início deste século. A economia da borracha passou a ser controlada então por um seleto grupo de britânicos, com um sistema tentacular em torno das agências locais, sob a forma de companhias limitadas².

3.1. Arregimentação e Imobilização da Mão-de-Obra na Plantation Colonial na Malásia

Em última instância, o sucesso da plantations de borracha na Malásia deveu-se ao equacionamento dos problemas relativos à escassez de mão-de-obra, com o emprego em massa de mão-de-obra barata dos "coolies" oriundos da China e da Índia.

1 Em 1940, as unidades parcelares detinham 39% da área cultivada com borracha. Radkrishnan, 1972, p. 32, citado por Ramasamy, 1992, p.89.

2 Cabe aqui a observação de que o colapso do seringal na Amazônia é resultado não só da queda dos preços da borracha, mas também a interrupção da cadeia de financiamento. No caso dos capitais ingleses, estes se dirigiram em massa para o sudeste asiático, fechando suas agências na Amazônia. O aumento da produção da borracha na Amazônia durante e no pós guerra, foi viabilizado pela criação do Banco da Borracha, o qual passou a desempenhar o antigo papel das agências financiadoras de capital externo. Sobre este ponto, ver Rego, 1992 e Campos, 1994.

O recrutamento de mão-de-obra local esbarrava nas estruturas camponesas seculares do campesinato malaio. Por outro lado, os britânicos os consideraram preguiçosos e inaptos ao trabalho. Já os malaios consideravam o trabalho nas Plantations extremamente monótono. Se recusavam a aceitar os baixos salários, numa atividade arriscada e com alta taxa de mortalidade.

Em 1910, a "Labour Commission" recomendava a importação de trabalhadores chineses. Haviam porém restrições do governo inglês. Os chineses eram vistos como perigosos, dada a prática destes em constituírem sociedades secretas. O veto de Londres prevaleceu, apesar dos protestos da Associação dos Agricultores da Malásia. Embora não tenha havido o recrutamento de chineses, haviam muitos dele na Malásia na virada o século e a forte demanda por trabalhadores impunha a sua contratação. Assim, a população chinesa na colônia passa de 25% em 1911 para 31% em 1931 (Ramasamy, 1994, p.90).

Os chineses eram recrutados - ou até seqüestrados - em seus locais de origem e trazidos a Malásia, onde eram alojados e negociados com os proprietários. Estes eram seus novos credores, para quem deveriam trabalhar até o pagamento das dívidas de transporte. Os trabalhadores eram empregados por um "headman" chinês", o Kepala, e os contratos assinados entre os empregadores e os trabalhadores. Os salários eram pagos aos kepalas e este, por sua vez, pagava uma quantia aos trabalhadores, após a dedução dos débitos de transporte e despesas outras feitas pelos chineses.

Como já se era de esperar, os kepalas retinham seus "coolies" o maior tempo possível, graças ao crescente endividamento destes. Ramasamy nos relata que apenas o endividamento seria insuficiente para reter a mão-de-obra chinesa nas plantations. As sociedades secretas, baseadas nos clãs chineses, desempenhavam aqui um importante papel. Os kepalas tinham elevada importância nestas sociedades, tradicionais na própria China. Sua forma de atuação, de cunho paternalista mantinha a submissão dos trabalhadores. Embora proibidas, estas sociedades eram toleradas como funcionais para os ingleses. O consumo do ópio entre os chineses, por sua vez, tornava possível as jornadas de trabalho longas e árduas, além de arrastar as dívidas dos trabalhadores.

Apesar destes mecanismos de controle, era comum a fuga de trabalhadores chineses. Os alojamentos, para onde se recolhiam os chineses após a jornada de trabalho, eram, portanto, trancafiados e fortemente vigiados.

Embora tenha sido abolido em 1914, o sistema de indenture continuou a ser utilizado sem o documento contratual. Substituiu-o a forma contratual das minas de estanho, sem a relações de endividamento. Na prática, pouco mudou para os trabalhadores, dada a permanência dos Kepalas que repassavam-lhes os salários, obrigava-os a comprar deles e principalmente a manutenção dos alojamentos.

As primeiras greves coletivas foram surgir na década de trinta, quando os trabalhadores tiveram que arcar com o grosso da crise mundial que fazia seus efeitos sobre a economia exportadora

malaia. Estas estavam ligadas a ação de líderes comunistas do Malayan General Labour Union (MGLU), que passaram a colocar em cheque o poder dos kepalas e capitalistas chineses. Em 1937 tem lugar a formação da União dos Trabalhadores da Borracha (RWU).

Já os trabalhadores indianos eram levados a Malásia com as bênçãos da coroa inglesa. Os britânicos preferiam os trabalhadores do sul da Índia. Entre outras qualidades, os Tamis eram tidos como dóceis, submissos, maleáveis e com pouca autoconfiança. A política da administração colonial em importar os Tamis visava também contrabalançar o crescimento da população chinesa na Malásia.

Inicialmente, os indianos eram trazidos a Malásia através do sistema de "indenture", como os chineses. Ao contrário dos chineses, os tamis recrutados pelos "brockers" no sul da Índia eram contratados diretamente pelos proprietários, onde o controle do trabalho era mais severo e sistemático. Com a criação dos Indian Immigration Ordinance, em 1880, os contratos de indenture passaram a ser assinados no momento da chegada dos trabalhadores. A violência e os baixos salários eram parte integrante nas relações de trabalho nas plantations, onde os tamis eram controlados pelos Sikhs no campo e nos alojamentos, sendo comum as fugas. Tal como os chineses, os indianos que logravam fugir se estabeleciam autonomamente nas floresta densa, cultivando ilegalmente a borracha.

Posteriormente, a partir de 1910, é introduzido o sistema "Kangani". Cerca de 1.530.000 indianos foram trazidos à Malásia entre 1898 e 1938, quando os sistema kangani é abolido devido a divergências entre os governos da Índia e Malásia sobre os salários (Ramasamy, 1992, p. 91).

O Kangani usava seu laços de parentesco e a estrutura indiana de casta para assegurar a permanência do trabalhadores. Deve-se ressaltar aqui, o papel desempenhado pelas religiões. No budismo, como em outras orientas, as privações da vida atual constituem um pena a ser paga devido uma vida passada não virtuosa, bem como uma vida futura melhor numa reencarnação futura. Conformam-se assim o amálgama social para a profunda subserviência dos "coolies" indianos.

Tal qual os Kepalas, os Kanganis usavam sua autoridade de forma rigorosa e paternalista. Emprestava dinheiro aos trabalhadores, com as devidas deduções nos salários. Tinham inclusive a autoridade, permitida pela administração colonial, para impor penas aos trabalhadores a eles subordinados. Para Ramasamy, tanto os Kepalas quanto os Kanganis não eram mediadores de conflitos, como poderia parecer a primeira vista, mas sim verdadeiros agentes do capital no controle da força de trabalho. Este papel é evidenciado nas greves coletivas que se disseminaram entre os tamis na década de trinta, onde era questionada também a opressão exercidas pelos Kanganis e Sikhs.

3.2. As Bases e o Limites da Plantation na Malásia.

A plantation não pode ser analisada apenas com um forma de produção de commodities em regiões tropicais, embora se caracterize pela produção de cultivos tropicais em larga escala. Antes

porém, se constitui num conjunto de relações sociais, embasadas por uma forma específica de relação trabalho/capital.

As razões do sucesso da plantation por um longo período nos domínios coloniais residiam basicamente na imobilização coercitiva de mão-de-obra farta e barata. Para tanto, se lançou mão, além da violência e do controle direto dos trabalhadores, de instituições tradicionais e religiosas que, de um lado em nada tinham haver com as estruturas capitalistas em expansão mundial, em muito lhe foram funcionais. Aliciamento e "escravidão" da mão-de-obra são, pois, características inerentes à própria plantation.

Por outro lado, a plantation pressupõe um embricamento de seus interesses com os do Estado. Os enclaves da plantation nos países coloniais tem aqui não só um conotação econômica, mas também política, onde a administração colonial implantava um projeto de desenvolvimento visando prioritariamente os interesses da metrópole e do setor agroexportador, em detrimento da população nativa.

Um outro fator inerente a plantation relaciona-se a uma dada conformação do próprio mercado internacional para commodities tropicais. A inexistência de sucedâneos a certas commodities determinou, por um largo período, o monopólio da sua produção à regiões tropicais e elevadas taxas de rentabilidade dos investimentos neste setor. Inovações tecnológicas, como no caso da borracha sintética ou a obtenção do açúcar de beterraba, ou um acirramento da concorrência internacional tendem a comprometer a competitividade das plantations, dada a sua dependência estrutural da existência.

Neste sentido, as razões do "deblaclé" da Plantation na Malásia no pós-guerra, se em muito foi acelerado por esta, residem antes nas suas próprias bases históricas de existência. Internamente recrudescer a resistência coletiva do trabalhadores em face aos baixos salários e às péssimas condições de vida a que eram submetidos. Externamente, fecham-se as porteiras dos tradicionais exportadores de mão-de-obra barata e servil, com a independência da Índia em 1947 e a vitória da revolução chinesa em 1949.

No caso específico da Plantation na Malásia, a introdução da borracha sintética destrói o monopólio representado pela obtenção de borracha natural em cultivos em larga escala que tanto beneficiou as agências e proprietários locais

A independência da colônia, com a criação do Estado nacional independente - Federação da Malásia - em 1957, solapou as bases de um embricamento de interesses entre o Estado e a plantation. Instaura-se, a partir daí, um novo projeto de desenvolvimento para a Malásia, substituindo os enclaves agora decadentes.

3.3. A Colonização Planejada do Trópico Úmido na Malásia.

Como visto acima, durante o período colonial, a administração britânica coibiu o avanço espontâneo do campesinato malaio rumo às áreas de fronteira, gerando um reserva de campesinato parcelar nas áreas de colonização antiga em processo de mini-fundiarização, necessitando de colonização, por outro lado, e um fronteira agrícola inexplorada, por outro lado. Quando da independência em 1957, a elite malaia dispunha destes dois pressupostos, para um projeto de ocupação do Estado e um discurso já preparado para justificá-lo.

Por trás do discurso paternalista, a uma clara intenção do novo governo em se utilizar da fronteira como forma de equacionar os graves problemas sociais e econômicos herdados do governo colonial. Por um lado, há a questão da integração de várias etnias (e sultanatos) em vastas regiões da Malásia peninsular ao controle nacional e bloquear a ação de rebeldes comunistas que se opunham ao governo colonial e agora ao governo independente³.

Por outro lado, as décadas de abandono determinaram um elevado nível de pobreza rural entre os pequenos camponeses, principalmente rizicultores e majoritariamente de etnia malaia. É justamente sobre este campesinato empobrecido que o novo governo vai procurar a sua legitimação, no seio de uma nação marcada por conflitos étnicos. Ligado a estes, colocava-se também o problema da baixíssima produtividade tanto das culturas de exportação quanto do cultivo do arroz, enfrentando o país um sério problema alimentar.

Esta opção de colonização da fronteira com camponeses se coaduna igualmente com uma velha característica da sociedade malaia, fortemente contrarrestada pela plantation no período colonial. Os sultões, agora alinhados a partidos políticos nacionais, tinham no campesinato produtor de arroz irrigado a eles subordinados uma medida do seu poderio econômico e político. Medidas como a construção de canais de irrigação ou sistemas de drenagem constituíam fatores aumentavam a que produção dos camponeses e o número destes numa da região, engrandecendo o sultão⁴. Arrola-se aqui ainda, o exemplo dos grandes impérios da península indo-chinesa, cujas dinâmicas se baseavam na extensão e controle das redes de irrigação que possibilitavam a rizicultura camponesa (Koninck, 1986, p.6 e 8).

Pode-se, portanto, enquadrar a ação planejada do Estado Malaio sobre a agricultura a partir dos planos quinquenais desde 1956, como uma vertente moderna e sistemática de articulação entre o controle social e gestão espacial da agricultura, atendendo aos objetivos do fortalecimento do Estado

³ Efetivamente, a rebelião comunista da população chinesa, a partir de 1948, deixa a federação em estado de emergência até 1960.

⁴ Estas políticas de intensificação da agricultura, podem ser melhor compreendidas à luz do trabalho de Boserup, 1987, especialmente cap. 4.

nacional num projeto mais amplo de modernização e integração agressiva da economia malaia ao mercado mundial.

A política agrícola moderna da Malásia vai se voltar primordialmente para o conjunto da agricultura parcelar, inclusive àquela praticada por pequenos seringueiros chineses. Foram efetuados investimentos maciços em infra-estrutura e colonização. Mais recentemente, a partir dos anos 70, as políticas se pautam pela tentativa de diminuição das desigualdades de renda entre a maioria malaia e a minoria chinesa.

Foi dada a maior importância ao desenvolvimento rural pelo governo malaio, onde os investimentos chegaram a representar 11,6% do orçamento total da federação e mais de 50% da dotação orçamentária para a agricultura nos planos quinquenais dos anos 70. Com estes recursos foram desenvolvidos dois tipos básicos de programas, a saber: programas de consolidação dos grandes perímetros irrigados, nas terras baixas, e programas de organização de frentes pioneiras.

3.4. A Colonização da Fronteira

Em 1956-7 é criada a Federal Development Authority - FELDA - cujo objetivo era reativar a fronteira agrícola. Inicialmente, esta agência dava apoio financeiro aos programas de colonização dos Estados peninsulares, visando ordenar a colonização espontânea que, apesar dos esforços ingleses, nunca havia cessado. Progressivamente a FELDA adquire maior autonomia e toca ela mesma os projetos de colonização. Terras do Estado e terras adquiridas são colocadas sob sua administração.

Esta agência detém um escritório central, em Kuala Lumpur, e diversos escritórios regionais, empregando grande número de agrônomos. Em 1981, emprega 7.385 funcionários na administração direta, sendo 5.419 no campo. Somando os funcionários lotados em outras corporações especializadas e em refinarias de dendê e cana-de-açúcar, o total de empregados suplantaria os 17.000. Até 1981, a FELDA estabeleceu 308 perímetros de colonização, numa área total de 564.910 ha, onde foram assentadas cerca de 70.500 famílias.

Após realizar estudos preliminares (topografia, cobertura vegetal, solos, clima etc), a agência adquire autorização para desenvolver um perímetro. Estes têm em média de 1.500 a 2.000 ha, onde são preparados os lotes para receber de 400 a 500 famílias. O desmatamento, desbravamento e implantação de infra-estrutura é feito por firmas particulares através de concorrências públicas, o que faz da política de desenvolvimento rural um instrumento de aceleração da atividade econômica no campo.

Após a demarcação e construção das casas, os colonos podem se estabelecer. A escolha dos colonos é feita segundo critérios de idade, estado civil, saúde e situação fundiária. É dada preferência a casais jovens, com filhos e sem terra. Ao tomar posse, o colono assina um contrato referente ao

reembolso da casa, do lote - hipotecados em média por 15 anos - e da alocação mensal que recebe até que comece a produzir.

Um dos aspectos mais interessantes destes projetos é o fato de que as plantações já estejam concluídas quando da chegada dos colonos. Em todos os perímetros da FELDA são cultivados culturas perenes de exportação, com rendimentos elevados. Inicialmente eram cultivadas a Seringueira e o Dendê. Mais recentemente opta pelo cultivo do cacau, sendo que a Malásia já desponta como um grande produtor mundial, desbancando países como Brasil, Gana e Costa do Marfim.

Os colonos são assentados poucos meses antes dos cultivos entrarem em produção. Até lá, devem se dedicar aos jardins e aos tratos culturais das parcelas segundo orientação dos técnicos da FELDA.

Com a entrada em produção dos cultivos, a renda das famílias é função dos rendimentos da parcela que estão comprando. A agência compra a colheita e deduz o abatimento das dívidas e hipoteca, sendo que as parcelas não podem ser vendidas ou parceladas. Por tudo isto, critica-se a atuação da agência, no sentido de que os camponeses tenham se tornado seus operários. Discussões a parte, os rendimentos agrícolas excepcionalmente elevados permitem que estas famílias tenham rendimentos 10% superiores àqueles de famílias que se dedicam a culturas anuais (Koninck, 1986, p. 358 a 363).

3.5. Programas de Consolidação de Perímetros Antigos

A Federal Land Consolidation and Rehabilitation Authority - FELCRA - iniciou suas atividades em 1960 e se destina a recuperar zonas agrícolas marginais com pouca infra-estrutura ou isoladas. Menos poderosa que a FELDA, a FELCRA atua sobre produtores que já cultivam seringueira, com projetos numa área de 160.000 ha, com área média de 2 ha/família.

Já a Rubber Industry Smallholders Development Authority - RISDA - tem por objetivo incentivar os pequenos plantadores de seringueira a renovar o estado das culturas, dada a tendência a conservar árvores velhas e de baixa produtividade, fornecendo assistência técnica e creditícia.

Na prática, a FELCRA, e RISDA e principalmente a FELDA se tornaram grandes complexos financeiros, comerciais e agro-industriais, tutelando totalmente a agricultura camponesa malaia. Nos últimos planos quinquenais, cresce a cooperação entre as três agências com os Estados locais e a iniciativa privada.

Os Integrated Agricultural Development Projects - IADP - constituem um bom exemplo disto. Em 1983 já eram desenvolvidos 22 IADPs, englobando 480.000 famílias em uma área de 847.000 ha, média de 2 ha/família. Em 1990 já seriam 2 milhões de ha com cerca de 1 milhão de famílias.

3.6. Os Resultados da Land Policy

Os dados disponíveis para meados dos anos 80 revelaram em 3 décadas de Land Policy uma rápida diversificação da economia Malaia. De 1965 a 1985, houve um incremento de área cultivada com as 5 principais culturas de 2,76 milhões para 4,624 milhões de ha., destacando-se a relativa estagnação das áreas dedicadas ao cultivo da borracha e o forte incremento no cultivo do dendê e mais recentemente do cacau. Dados para 1988 revelam que 84% da área agrícola estavam cobertos com as quatro principais culturas de exportação: borracha, dendê, coco e cacau.

As exportações de borracha, que em 1961 representavam 55% das exportações da Malásia, reduziram sua participação para apenas 11% em 1983. De resto, este processo de diversificação atingiu a economia como um todo. Em 1983, cerca de 25% da exportação correspondiam ao petróleo, 25% a produtos manufaturados, 15% à madeira, 11% à borracha, 10% ao dendê e 5% ao Estanho. Já naquele ano, as exportações de cacau ultrapassavam em valor a de Estanho e de lá para cá se elevaram rapidamente. No tocante a agricultura, a claramente a transferência da responsabilidade da produção de culturas de exportação para as mãos dos pequenos produtores familiares. As importações de arroz, que em 1960 respondiam por 90% do consumo interno, reduziram seu percentual para apenas 10% em 1983.

Segundo Koninck, para os camponeses os efeitos da Land Policy foram bastante ambíguos. Em 1983, 55% da população camponesa vivia no limiar da pobreza. Este valor estava acima de 50 no IADPs. Já entre os colonos da FELDA, o rendimento 10% acima da média nacional entre os camponeses vinha acompanhado por relações de extrema dependência junto a agência.

Os dados sobre desmatamento na Malásia são imprecisos. Hadi & Vincent (1993, p 451 a 45) estimam que as áreas de floresta caíram de 62 % para 52% da área total da península malaia entre 1970-72 e 1981-82. Dados para 1988 revelam a queda da taxas anuais de desmatamento, porém impedem uma comparação com outros períodos devido à problemas metodológicos. Para este ano, as áreas de floresta representariam algo em torno de 47,5% da área total da península. A grande responsável pelo desmatamento na Malásia tem sido a exploração madeireira que, desde o início dos anos 70 supera a expansão da agricultura. Em 1989 a Malásia foi responsável por 25% da produção global de toras e madeira serrada, respondendo por 78% das exportações mundiais.

Para a economia como um todo, a Land Policy contribuiu para uma diversificação maior da economia, carreando recursos externos para cobrir as crescentes importações. Tal deve ser relativizado, no entanto, pela importância adquirida pelas exportações de petróleo. Em 1991, o produto nacional bruto da Malásia atingiu US\$ 45,8 bilhões, com um renda per capita de US\$ 2.490. No mesmo ano, o país exportou US\$ 34,4 bilhões, com importações de US\$ 36,7 bilhões. Entre 1980 e 1988, o PNB da agricultura malaia cresceu a taxas médias de 3.7% ao ano, enquanto que o PNB da

indústria e serviços atingiu a marca de média 7.3% ao ano. Em 1988, a indústria e o setor de serviços respondia por 64% do PNB. Este candidato a tigre asiático já se adquire algum destaque como exportador de semicondutores, máquinas industriais e equipamentos de transporte, além dos seus tradicionais produtos de exportação.

4. CAMPESINATO E FRONTEIRA AGRÍCOLA NA COSTA DO MARFIM

O caso bem sucedido da Malásia, com colonização planejada da fronteira agrícola por unidades familiares, se dedicando ao cultivo de culturas perenes é tomado por muitos como exemplar, dada a sustentabilidade das culturas no longo prazo e a relativa pequena destruição da floresta nativa. Encontramos no exemplo da Costa do Marfim uma situação totalmente oposta, onde a ocupação desenfreada da floresta tropical levou não só a destruição da floresta tropical, mas também a graves conseqüências sociais e econômicas para estes países da África ocidental.

O cultivo de culturas perenes na África ocidental vem sendo praticado por todo este século. Países como Camarões, Gana e Costa do Marfim de destacam como grandes produtores de cacau e café.

Dados agrônômicos relatam que uma árvore de café pode produzir por 40 ou 50 anos. No caso do cacau, pode chegar de 80 a 100 anos. No entanto, os rendimentos caem rapidamente a partir dos 25 anos em ambos os cultivos. Tem-se, portanto, a amortização do investimento destas culturas perenes, quando deve ser feita a renovação da plantação, ou seja, o replantio. Apesar disto, a prática de replantio não é feita pela maioria dos pequenos produtores de Gana e da Costa do Marfim, que parecem ter dificuldades em passar a esta segunda fase da exploração. A título de exemplo, 65% dos 1.200.000 ha cafezais da Costa do Marfim estão com idade superior a 25 anos, a ponto de este país não mais ter condições de preencher suas cotas de exportação. O caso das plantações de cacau só não é semelhante graças aos novos cultivos sobre áreas de colonização recente nas florestas tropicais do sudeste do país (Ruff, 1987).

O Instituto de Pesquisa do Cacau da Costa do Marfim recomenda uma técnica de renovação por faixas, abatendo-se duas linhas em quatro, sendo mantida a produção acrescida das duas linhas restantes. No entanto, esta técnica vem sendo pouco utilizada pelos produtores marfinenses. Estes preferem ocupar novas áreas, implantando novas plantações sobre a mata virgem derrubada, a fazer o replantio. Coloca-se aqui um claro problema de reprodução e sustentabilidade desta forma de agricultura.

A exploração da floresta na Costa do Marfim, segundo Ruf, é predatória, anárquica e sua renovação não esta assegurada, num caso típico de má gestão dos recursos naturais. As reservas de floresta tropical na Costa do Marfim, que em 1955 ainda eram da ordem de 11,8 milhões de ha, se

reduziram a apenas 1,55 milhões de ha em 1990. Esforços do governo da Costa do Marfim em manter uma última reserva de floresta tropical úmida esbarram no avanço incontrolável da *Shifting Cultivation* (Ehui, 1993, p. 358)

As plantações de cacau nos Costa do Marfim são geralmente pequenas, girando em torno de 2 a 20 ha, com média de 7 a 8 ha. Implantar uma área com cacau representa uma grande pressão sobre o esforço de trabalho familiar, que deve se dedicar também a culturas de subsistência. Constitui, pois, um investimento composto basicamente pelo emprego do trabalho familiar, o qual se cristaliza enquanto capital na forma de plantações de cacau. A derrubada da floresta e o plantio do cacau dá garantias à unidade familiar de rentabilidade durante 25 anos ou mais, onde o produto líquido anual será de 2 a 10 vezes maior que uma exploração da floresta natural (Ruf, 1988, p. 5) A questão que se coloca é o que ocorrerá num período mais longo.

O comportamento dos produtores na Costa do Marfim, após a amortização do seu investimento (25 anos) tem se pautado basicamente por:

1- uma minoria intensifica o cultivo, via adoção de novas culturas, como o café ou o abacaxi, replantio total ou parcial nos buracos da plantação de cacau e o cultivo de baixadas até então inexploradas.

2- a grande maioria dos produtores passam simplesmente a gerenciar a queda dos rendimentos, diminuindo sua contribuição aos trabalhos agrícolas.

3. alguns vendem suas plantações, ou as confiam a parentes, implantando novas plantações na floresta densa do sudoeste.

A caracterização do cultivo extensivo do cacau como predatório, deve no entanto ser relativizado. Segundo Ruf, sob densidades populacionais abaixo de 10 hab/Km², o cultivo itinerante de cacau permite a recomposição da floresta. O problema surge, portanto, quando a densidade populacional excede este limite, fazendo com que os períodos de pousio sejam insuficientes e tenha-se que lançar mão das florestas tropicais.

A Costa do Marfim exibe uma das mais altas taxa de crescimento populacional do mundo, em torno de 3,6%. De 3,8 milhões de habitantes em 1960, com um densidade de 13,8 hab/km², a população atinge 13, 7 milhões de habitantes em 1989, quando a densidade chega a 27.3 hab/km². Importa notar que a densidade populacional é maior na zona florestal ao sul e menor nas zonas de savana ao norte do país (Ehui, 1993, p. 355). Estes dados sobre a densidade, porém, incluem a população urbana. Contudo, nos dão uma idéia da enorme pressão sobre os recursos naturais em um país eminentemente agrícola.

Conclui-se que a crise atual pela qual passa a agricultura da Costa do Marfim não se deve a uma crise da agricultura intinerante em si, mas sim a impossibilidade de sua reprodução devido a enorme pressão populacional.

4.1. Renda de Monopólio, Renda Diferencial e Ação do Estado na Costa do Marfim.

A expansão das culturas perenes na Costa do Marfim se reveste de duas características básicas. Primeiramente, ela se expande em detrimento das reservas de floresta tropical. Em segundo lugar, o Estado se antepõe como um poderoso intermediário entre o mercado internacional e os produtores parcelares. Cerca de 60% do valor novo acrescido na produção de cacau é abocanhada pelo Estado, na forma de confiscos, com o qual financia os seus gastos. Ao produtor/proprietário cabem cerca de 15% e o restante é retido pela intermediação comercial.

Em 1985, a Costa do Marfim se colocava como líder, respondendo por 27% da produção mundial de Cacau. Dada a inexistência de sucedâneos em países temperados, a Costa do Marfim, assim como outros países produtores se apropriavam de um renda de monopólio. O problema surge com a entrada no mercado de novos produtores, como a Malásia e a Indonésia. Uma peculiaridade do mercado internacional de cacau é uma teimosa inelasticidade da procura, que se mantém praticamente estável nas últimas décadas. Com isto, a entrada de novos produtores no mercado implica em redução de preços e substituição de antigos países produtores por novos. Curiosa cultura, que se desloca espacialmente no globo terrestre, sempre em busca de novas reservas de florestas. Brasil, Gana, Costa do Marfim e, por fim, Malásia e indonésia se sucedem como grandes produtores, em ciclos que parecem atender ao envelhecimento dos cultivos e a infestação por pragas incuráveis.

Além da renda de monopólio, o cultivo do cacau na Costa da Marfim apresenta uma renda diferencial I, entendida como uma maior rentabilidade do investimento de capital devido a peculiaridades naturais. Neste ponto, a Costa do Marfim se destaca por suas excelentes condições edafoclimáticas extremamente propícias ao cacau. Soma-se a isto a não ocorrência da vassoura de bruxa (responsável pela profunda crise por que passa a cacaucultura da Bahia) e da podridão parda.

4.2. A Implantação do Cultivo como Investimento de Capital

Ruf se reporta ainda a existência da renda diferencial II na exploração do cacau na Costa do Marfim, porém não restrito a este país. A renda diferencial II relaciona-se a rendimentos mais elevados devido a inversão de capital. Embora a argumentação de Ruf seja confusa, a idéia central é que uma plantação de cacau constituída nada mais é que trabalho pretérito, cristalizado nas árvores. Cada hectare de cacau implantado implica no investimento direto de 200 a 300 jornadas de trabalho

familiar. Seria teoricamente mais simples e rigoroso substituir na análise a categoria de renda diferencial II, por capital, entendido aqui como investimento de trabalho familiar⁵.

A plantação, portanto, é um bem de capital. Como tal, pode ser comercializada ou mobilizada para a produção, propiciando rendimentos ao seu proprietário durante o período de amortização do investimento. Advém daí o maior rendimento obtido pelos produtores de cacau, frente a agricultores que se dedicam a outras culturas onde não há inversões de capital, apesar do confisco do Estado e dos ganhos da intermediação comercial. O capital árvore (cacau) é, portanto, um investimento e não uma poupança. .

Acumular ampliadamente, neste caso, consiste na expansão da área cultivada pela família. Em situações onde a terra não é um fator limitante e sim o trabalho, a decisão de o quanto investir (que extensão de área cultivar) se dá até que o produto marginal do trabalho se iguale ao consumo marginal do fator. Esbarra-se assim no limite técnico de 8 a 10 ha, quando se exaurem as disponibilidades de força de trabalho familiar na fase de implantação da cultura. Neste sentido, a retirada do excedente pelo Estado compromete a reprodução ampliada para além do limites familiares, impossibilitando assim a formação de uma burguesia agrária, empregando trabalhadores assalariados.

Em situação de bloqueio fundiário, situação vivida por boa parte dos produtores marfinenses, seria de se esperar uma maior intensificação e renovação da cultura. Impossibilitados de arrotear novas áreas, muitas familiar preferem viver das rendas. Após a sua implantação da cultura (fase capitalista de investimento), a família do proprietário tende a concentrar seu trabalho nas culturas de subsistência, empregando mão-de-obra contratada para trabalhar no cultivo perene, a que se prestam os imigrantes pauperizados de Mali e Burquina Faso. A queda de rendimento após o período de amortização, permite à família dispor de uma renda residual, decrescente por suposto, porém fruto de um investimento zero. Segundo Ruf, esta fase corresponde também, grosso modo, ao ciclo de vida de uma unidade familiar⁶. Esta tem sido a prática da maioria dos produtores de cacau: deixar envelhecer.

4.3. A Renda da Floresta

O bloqueio fundiário, no entanto, não é uma realidade enfrentada por todos os produtores. A etnia Baulê, originária do centro do país, foi a grande vencedora da corrida pela terra na Costa do Marfim, impedindo assim o acesso as áreas de floresta tropical a outra etnias. Sua prática tem se pautado pela venda das antigas plantações ou confiá-las a membros da família, optando pelo cultivo de áreas incultas

⁵ Sobre este ponto, são bastante esclarecedores os estudos de Costa, 1993.

⁶ Temos aqui a recorrência, embora não citada pelo autor, à tese da diferenciação demográfica das unidades familiares tratada por Chayanov, 1994.

A floresta densa representa, neste caso, uma renda diferencial. Há uma clara economia de trabalho no desmatamento e cultivo da floresta, dado que o cultivo sucessiva na mesma área implica em dispêndio de trabalho ainda maior devido a necessidade de capinas sucessivas. Dado as características do clima do país, com duas fases de secas intercaladas por dois períodos chuvosos, o cultivo da floresta permite a utilização do efeito benéfico de um melhor balanço hídrico sobre as mudas. Além disto, a floresta serve como um escudo protetor contra infestações fitopatológicas. Por outro lado, o desmatamento da floresta propiciaria solos mais férteis para as culturas de subsistência.

Em síntese, o desmatamento e cultivo em áreas cobertas por florestas tropicais propicia uma elevada rentabilidade do trabalho, rentabilidade esta que decresce com o cultivo sucessivo da mesma área⁷. A crescente escassez de terras incultas, no entanto, limita as possibilidades de reprodução desta formas de cultivo.

A Costa do Marfim cresceu a taxas médias 7,5 % ao ano nas duas décadas após a independência (1960), basicamente através da expansão da cultura do cacau e do café. O produto doméstico bruto per capita passa de US\$169 em 1965, para US\$1,150 em 1980. Na década de 80, este ex-protetorado francês experimenta taxas negativas de crescimento, em torno de - 3,0% ao ano. O renda per capita despencou para US\$ 690 em 1991. Para tal contribuíram a queda dos preços internacionais de suas duas principais commodities, a seca que castigou o país entre 1982 e 1984 e os custos elevados do serviço da dívida externa, da ordem de US\$18,8 bilhões em 1991, contraída para financiar projetos ambiciosos durante o "boom" de fins dos anos 70 (Ehui, 1993, p. 360).

5. COMENTÁRIOS FINAIS

A quase destruição total da floresta tropical úmida da Costa do Marfim sucinta duas questões centrais. Primeiramente, a elaboração de políticas de atuação no gerenciamento da agricultura em regiões de floresta tropical úmida é impensável sem o perfeito conhecimento dos mecanismos que levam a sua forma de exploração atual. A lógica que determina a dinâmica da pequena produção familiar inviabiliza a adoção de práticas que se opõem às relações técnicas e sociais que circunscrevem esta estruturas produtivas. Soluções plausíveis, passíveis de serem adotadas, necessitam antes se coadunarem com esta lógica.

Na Costa do Marfim dá-se a confluência de um mercado internacional altamente competitivo e especulativo com estruturas tribais e suas formas tradicionais de produção. O corolário histórico desta interação é o colapso de um modelo de desenvolvimento que se expande exaurindo os recursos naturais e encontra seus limites na indisponibilidade destes.

⁷ Novamente percebe-se uma referencia, embora não citada, ao trabalho de Boserup, 1987.

Em segundo lugar, a conformação do mercado internacional de commodities tropicais vem se desenvolvendo através da entrada sucessivas em produção das reservas de floresta nativa e pela queda dos preços em função da exploração destas. O limite extremo a tal forma de expansão seria dado, em última instância, pela exploração total das reservas existentes. Claro está, que o desenvolvimento de uma agricultura sustentável no trópico úmido passa também por câmbios nos mecanismos que dão ao mercado mundial de commodities tropicais o seu matiz atual.

O relativo sucesso da experiência malaia, por sua vez repousa na inserção bem planejada e eficaz neste mesmo mercado, se dedicando a culturas de rendimentos mais elevados que possibilitam a sustentabilidade do modelo a longo prazo. Claro está, que o simples assentamento de colonos na fronteira seria ineficaz, sem a inserção bem sucedida de fortes agências governamentais, desempenhando um papel gerencial e financeiro, por um lado, e uma intermediação agressiva entre produtores e mercado mundial, por outro lado. O caráter explorador ou não destas agências frente aos produtores diretos deve ser relativizado pela sustentabilidade econômica e ecológica do modelo para estes mesmos produtores e pelo dinamismo que este pode provocar na economia como um todo. Arrola-se ainda o fato que a pequena produção familiar não prescinde de alguma forma de mediação com o mercado.

A análise destas experiências reforçam as teses de que inexistente sustentabilidade econômica, sem sustentabilidade ecológica. A conjugação destas duas requer, portanto, estudos multidisciplinares e ações planejadas para a implementação de políticas apropriadas. Mais que fornecerem paradigmas, o estudo de outras experiências no trópico úmido alargam os horizontes, permitindo visualizar a verdadeira dimensão dos desafios.

Referências

- BOSERUP**, Ester, *Evolução Agrária e Pressão Demográfica*, Editora Hucitec, São Paulo, 1987.
- CAMPOS**, Indio & **COSTA**, F. de Assis, *O Estado do Acre: Crise Estrutural e Limites do Preservacionismo*, Papers do NAEA n. 16, NAEA/UFPA, Belém, 1994.
- CHAYANOV**, Alexander V., *La organización de la Unidad Económica Campesina*, Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 1978.
- COSTA**, Francisco de Assis, *Amazonien - Bauern, Märkte und Kapitalakkumulation*, Verlag Breitenbach Publishers, Saarbrücken, 1989.
- COSTA**, Francisco de Assis, *O Investimento na Economia Camponesa: considerações teóricas*, Papers do NAEA, n. 8, NAEA/UFAPA, Belém, 1994.
- EHUI**, Simeon K. Côte d'Ivoire, in: *Sustainable Agriculture and the Environment in the Humid Tropics*, National Academy Press, Washington, D.C., 1993.
- KONINCK**, Rodolphe de, *La Paysannerie comme Fer de Lance Territorial de L'État: Le Cas de la Malaysia*, Cahiers de Sciences Humaines, 22 (3-4), 1986.
- RAMASAMY**, P., *Labour Control and Labour Resistance in the Plantations of Colonial Malaya*, "Plantation, Proletarian and Peasants in Colonial Asia", *Journal of Peasant Studies*, v. 19 (3-4), Frank Cass & Co Ltd, London, 1992.
- RÊGO**, J. Fernandess do, *Estado Capitalista e Políticas Públicas: Estado Brasileiro, Processo de Ocupação Capitalista e Extrativismos de Borracha na Amazônia*, UFPb, mimeo, Campina Grande, 1992.
- RUF**, François, *Elementos para uma Teoria Sobre a Agricultura de Regiões Tropicais Úmidas*, *L'Agronomie Tropicale*, 42-3, 1987, trad. Agenor Gasparetto, CEPLAC, Belém, mimeo, 1988.
- TOCANTINS**, Leandro, *Estado do Acre, Geografia, História e Sociedade*, Philobiblion, Rio de Janeiro, 1984.
- VINCENT**, Jeffrey R. & **HADI**, Yusuf, Malaysia, in: *Sustainable Agriculture and Environment in the Umid Tropics*, National Academy Press, Washington D.C., 1993.